



O lugar da China na inserção internacional de Moçambique

Diego Pautasso¹ e Fernando Scholz² • Agosto de 2014

Resumo:

O presente artigo aborda a presença de China na África no século XXI, dando um enfoque especial à dimensão econômica com Moçambique. A partir desse tema, pretende-se contribuir para elucidar a projeção internacional dos países emergentes, o desenvolvimento das relações Sul-Sul, bem como seus efeitos sobre a dinâmica atual de transição sistêmica.

Palavras-chave: China – Moçambique -Relações Sul-Sul.

Abstract:

This article addresses China's presence in Africa in the 21st century, giving special emphasis to the economical dimension with Mozambique. With this in view, the purpose is to contribute to elucidate the international prominence of emerging countries, the development of South-South relations, as well as its effects on the dynamics of the current systemic transition.

Key words: China – Mozambique - South-South relations.

¹ É doutor e mestre em Ciência Política e graduado em Geografia pela UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da ESPM Sul e da UNISINOS. Autor do livro *China e Rússia no Pós-Guerra Fria*, ed. Juruá, 2011.

² É mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais na UFRGS e graduado em Relações Internacionais pela ESPM Sul.

Partindo da premissa de que há uma nova distribuição de poder no mundo atual, esta pode ser apreendida a partir de muitas facetas. Uma dessas facetas cruciais consiste em analisar o papel dos polos de poder emergentes e como estes remodelam as relações internacionais, sobretudo após a crise financeira que eclodiu nos EUA em 2008 e se espalhou pela Europa. Nesse intuito, a proposta desse artigo é analisar a presença da China na África no século XXI, dando um enfoque especial à dimensão comercial com Moçambique. Essa proposta temática contribui para elucidar questões essenciais, como a projeção internacional dos países emergentes, no caso a China, o desenvolvimento das relações Sul-Sul e seus efeitos sobre a dinâmica atual de transição sistêmica.

O trabalho foi organizado em quatro partes. Na primeira seção, discorre-se sobre os descaminhos da inserção da África subsaariana no sistema mundial. A segunda parte trata do padrão de relacionamento chinês na África. Na terceira, é analisada a evolução das relações comerciais sino-moçambicanas, com destaque para o incremento dos fluxos comerciais e ganho relativo de espaços econômicos. Por fim, na quarta, argumenta-se que a projeção dos países emergentes e a relação destes com a África devem ser vistas, apesar das assimetrias, como parte do fortalecimento das relações Sul-Sul e, com efeito, da multipolarização em curso, entendida como

manifestação das novas configurações de poder e, portanto, da transição sistêmica.

Os descaminhos da inserção da África Subsaariana

A inserção da África Subsaariana no sistema mundial tem sofrido oscilações importantes. Entre meados do século XVI e o século XIX, essa região foi, essencialmente, fornecedora de mão-de-obra escrava para o sistema mercantil europeu. Depois, foi objeto da partilha colonial (1860-1960) e, por fim, obteve a independência, mais de um século e meio após os países latino-americanos a terem alcançado. Uma ou duas décadas após as independências, com Estados ainda débeis, a África enfrentou uma conjuntura internacional adversa no Pós-Guerra Fria, marcada pela marginalização do continente dos fluxos globais e o direcionamento destes para a Ásia Oriental (Tigres Asiáticos e China), que se tornou a região mais dinâmica do mundo.

A exclusão do ciclo de globalização e/ou a imposição de reformas liberalizantes intensificaram a depressão econômica, impulsionando crises de governança e fomentando conflitos intraestatais por quase todo o continente africano. Diante de tal cenário, empresas e países recuaram de suas posições na região, relegando o continente ao segundo plano (LOPES, 2007, p. 18). Sem cooperação e investimentos, combinado com a baixa no preço das commodities na década de 1990, houve um colapso do comércio

exterior e do PIB desses países que dependem de um ou, no máximo, dois produtos agrícolas, minerais e/ou energéticos. O Banco Mundial informou que a renda per capita caiu de 573 (1991) para 470 dólares (2002) na África Subsaariana, reflexo de um cenário desalentador³.

Todavia, a África tem apresentado uma trajetória econômica e política de recuperação, depois dos percalços dos anos 1980-90. No campo econômico, houve a superação de parte relevante dos percalços, como ilustram as taxas de crescimento econômico acima da média mundial (Angola e Mauritânia, por exemplo, tiveram crescimento de dois dígitos nos últimos anos), a inflação média de um dígito, a evolução de 200% no recebimento de IED entre 2000 e 2005 (de 7 para 23 bilhões de dólares) e a estabilização das contas nacionais (LOPES, 2007, p. 21). Segundo o Banco Mundial, na África Subsaariana o PIB per capita mais do que dobrou em oito anos (2002-2010), passando de 470 para 1.176 dólares. Além disso, a expectativa média de vida passou de 49,4 para 53,8 anos em uma década (1999-2009)⁴. No campo político, percebe-se que a formação dos Estados tem conduzido à estabilização política progressiva, com a resolução de inúmeros conflitos civis e regionais, e a

formação da burocracia criou as bases para o fortalecimento institucional (SARAIVA, 2008).

No âmbito diplomático, depois da marginalização africana nos anos 1990, a África Subsaariana voltou a ter iniciativa própria, com mecanismos de integração regional (NEPAD, SADC e SADC)⁵, fóruns de concertação política (União Africana) e atuação colizacional com emergentes (Cúpula América do Sul-África, Fórum Índia-África e Fórum de Cooperação China-África). Trata-se, contudo, de um continente heterogêneo, com desigualdades entre macrorregiões (Norte e Subsaariana), desigualdade interestaduais e sociais, bem como com padrões de inserção e desempenho político econômico também díspares.

O padrão de relacionamento chinês

Para a China, a década de 1990 também desencadeou um conjunto de incertezas, colocando em risco o projeto de desenvolvimento e de inserção internacional do país. No âmbito internacional, a perplexidade diante do colapso do campo soviético foi acompanhada do esfriamento das relações com os EUA, expresso em tensionamentos ligados ao veto norte-americano ao ingresso chinês na OMC, à venda de armas a Taiwan, às provocações ocidentais em relação ao

³ Ver dados do Banco Mundial disponível em: <http://data.worldbank.org/region/SSA>. Acesso em 05/12/2011.

⁴ Ver dados do Banco Mundial disponível em: <http://data.worldbank.org/region/SSA>. Acesso em 05/12/2011.

⁵ As siglas representam, respectivamente, New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), Southern Africa Customs Union (União Aduaneira da África Austral) e Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Tibet e ao bombardeio à Embaixada chinesa em Belgrado. Nessa mesma década, o governo chinês assistia com preocupações ao militarismo dos EUA na Guerra do Golfo e às intervenções no entorno da Rússia, em especial na ex-Iugoslávia.

Nesse mesmo período, o governo da China não cedeu às pressões que visavam condicionar o ritmo e a direção das reformas político-econômicas; ao contrário, amplificou a capacidade estatal de conduzir a modernização (MEDEIROS, 1999, p. 398-399). Apesar dos sobressaltos, permeados por políticas e diferenças de concepção acerca da condução dessa reconstrução nacional (XUETONG, 2001, p. 35),⁶ o fato é que a China tornou-se a oficina (workshop) do mundo (ZWEIG, 2010) e o 2º maior PIB mundial. Apresenta a maior mobilidade social da história e alcançou o status de grande potência⁷ no sistema internacional.

A década de 1990 foi o momento de inflexão, quando a China ampliou sua capacidade de interferir de forma mais decisiva além de sua própria região. Essa universalização da política externa chinesa foi motivada pelos constrangi-

mentos decorrentes da Guerra Fria, pela demanda por recursos naturais (sobretudo petróleo desde 1993), pela crescente capacidade econômica (comercial e financeira) e pela busca de maior protagonismo diplomático, inclusive para salvar o desenvolvimento e a soberania – em risco após as pressões ocidentais.

A África tem sido percebida como parte crucial dessa universalização, uma vez que representa novos mercados, oferta de matérias primas e coalizões políticas para atuação internacional. A intensificação do comércio sino-africano nessa década (2000-10) e o maior envolvimento político com o continente pode ser bem sintetizado pela dimensão que alcançaram as trianuais (2000-03-06-09) Conferências do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) (PAUTASSO, 2009c, p. 14; 2009a). A investida diplomática é perceptível pelas visitas regulares⁸, pelo crescimento expressivo da ajuda oficial para o desenvolvimento (na forma de assistência técnica, envio de equipes médicas, formação de mão de obra) e pelas outras formas de atuação econômico-financeira, incluindo cancelamento de dívidas, investimentos diretos e ampliação de linhas de crédito (HELLSTRÖM, 2009, p. 16).

No entanto, a forte atuação da China na África ultrapassa em muito a demanda por recur-

⁶ Trata-se de recuperar a importância chinesa, dada a herança do Império do Meio, mas dessa vez como grande potência de um moderno sistema mundial. O conceito de grande potência utilizado é de Buzan & Weaver (2003).

⁷ Segundo Xuetong (2001), embora haja consenso acerca da reinserção da China no mundo, há divergência de perspectivas acerca da 'abertura': para os conservadores, é uma forma de implementar o socialismo; para os realistas, um meio de ampliar a participação em assuntos internacionais; e para os liberais, um mecanismo de 'ocidentalização' do país.

⁸ Entre 2004 e início de 2009, Wen Jiabao e Hu Jintao visitaram 22 países africanos, segundo Hellström (2009, p. 8).

sos naturais (resource seeking⁹); tem sido, mais do que isso, uma ferramenta para alavancar o comércio e os investimentos internacionais do país, sobretudo para os países periféricos, incluindo os africanos (PAUTASSO, 2009b). Portanto, a segunda determinação deriva da oportunidade para empresas chinesas exportarem manufaturas leves (motocicletas, eletrônicos, têxteis), serviços e produtos agroindustriais de baixo custo no continente (ZAFAR, 2007, p. 105). Como o crescimento da China é liderado pelos investimentos (CUNHA, 2011, p. 19), a capacidade produtiva tem aumentado e forçado a abertura de novos mercados. E justamente a escala de produção é uma das variáveis-chaves da competitividade chinesa.

Esta atuação no continente africano relaciona-se com outras ambições da diplomacia da China. Na visão de acadêmicos chineses, a atuação do país na África encerra outros importantes aspectos, tais como: 1) um importante teste para a promoção do soft power chinês a partir da ajuda ao desenvolvimento¹⁰; 2) e uma forma de afirmação de um sistema internacional mais equilibrado através da reafirmação de princípio de não-interferência em assuntos domésticos e de defesa da soberania (WENPING, 2007; ANSHAN, 2007). Como destaca Anshan (2007, p. 75-76), esta é uma forma desses países salvar-

darem-se contra ingerência de potências ocidentais: a China deixou de ser condenada na Comissão Sobre Direitos Humanos da ONU¹¹ mais de uma dezena de vezes e pôde obter votos no Comitê Olímpico para realizar as Olimpíadas em Pequim por conta do apoio dos países africanos, enquanto estes tiveram o suporte da China no Conselho de Segurança e/ou a opção por uma saída política através da União Africana para solucionar problemas intra-africanos.

Enquanto alguns analistas ocidentais caracterizam a atuação chinesa como 'neoimperialismo', a China, na prática, busca se apresentar como alternativa. No campo político, o Consenso de Pequim, por exemplo, evita a ingerência em assuntos domésticos – o que não é pouca coisa para países que têm estado há séculos sob domínio estrangeiro, desde o escravismo, passando pelo neocolonialismo e culminando nas intervenções militares, mudanças de regime e imposição de modelos econômicos pós-independência. No âmbito econômico, como destaca Brautigam (2009), a assimetria nas relações sino-africanas não difere muito do esquema de financiamento/investimento do qual a China fez parte na década de 1970 com o Japão, ao fornecer matéria-prima e receber produtos e investimentos. São investimentos direcionados

⁹ Recomenda-se a leitura do Comunicado nº 84 do IPEA: *Internacionalização das empresas chinesas: as prioridades do investimento direto chinês no mundo*.

¹⁰ Ver Alden (2007)

¹¹ O próprio ingresso da China no Conselho de Segurança da ONU em 1971, em detrimento de Taiwan, deu-se com o apoio de 26 países africanos, do total de 76 votos conquistados (ANSCHAN, 2007, p. 78).

principalmente ao setor infraestrutura (entrega de projetos turn-key¹²), principalmente em empréstimos concessãoais, a partir de necessidades identificadas pelos próprios governos africanos (BRAUTIGAM, 2009, p. 11; 77; 129; 139; 156-7; ESTEVES et al., 2011, p. 81).

As relações sino-moçambicanas e os impactos regionais

O relacionamento sino-moçambicano articula-se no contexto da independência tardia de Moçambique de Portugal, em junho de 1975. A partir daí, o país africano buscava, simultaneamente, desmontar o burocrático e repressivo aparato colonial e construir o próprio Estado e a economia nacional (VISENTINI, 2012, p. 26-29). Baseado em três pilares – modernização, socialismo e nacionalismo –, Moçambique buscava a industrialização através do superávit agrícola (PHIRI, 2012, p. 226-7).

No início da década de 1980, motivado, em parte, pelo desgaste da guerra civil e, consequentemente, dos insucessos na “rápida industrialização e no superávit agrícola”, o regime moçambicano se voltou para o Ocidente. A candidatura ao FMI em 1984 culminou na implantação, em 1987, do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), com a assistência do FMI e do Banco Mundial, prevendo liberalização do mercado de alimentos e privatizações como for-

ma de superar as dificuldades econômicas (PHIRI, 2012, p. 226-7). Os organismos financeiros internacionais “impuseram a todo o continente africano o mesmo receituário” e os resultados acabaram dando origem à “década perdida”, em que a “dívida externa dos países africanos atingiu 272 bilhões de dólares em 1990 (90% do PIB), o dobro do que era em 1980” (VISENTINI, 2010, p. 58).

A assistência chinesa a Moçambique vem do período em que o país lutava por sua independência. Com a independência, em 1975, China e Moçambique estabeleceram relações diplomáticas, que permaneceram relativamente intactas no período da devastadora guerra civil (1978-1992), mas que se intensificaram a partir do acordo de paz em 1992 (JANSSON; KIALA, 2009, p. 2). No âmbito econômico, a partir de 1975 houve a implantação de uma fábrica de têxteis e outra de calçados (JANSSON; KIALA, 2009, p. 6). A cooperação sino-moçambicana envolveu também a criação de fazendas estatais, projetos habitacionais militares, perfuração de poços, suprimento de água e envio de ajuda emergencial no período da grande fome de 1983 (JANSSON; KIALA, 2009, p. 6; BRAUTIGAM; EKMAN, 2012, p. 486-7).

A intensificação das relações sino-moçambicanas explica, em parte, o bom desempenho da economia de Moçambique e seu crescimento médio de 7,5% entre 2000 e 2012 (PHIRI, 2012, p. 240). No âmbito dos investi-

¹² Projetos que inicialmente são gerenciados por estrangeiros (chineses, no caso) e depois repassados, de forma integral (ou parcial, se for o caso) para os cidadãos/empresários locais.

mentos externos (IED), o ingresso em Moçambique tem sido oscilante, elevando-se entre 1998 e 2003 (36%), seguido de acentuado declínio entre 2003 e 2005, revertido entre os anos 2006 e 2009, com um recorde de 881,2 milhões de dólares em 2009 (Figura 1). Em 2008, a China já havia se transformado no segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique, com 76,8 milhões de dólares, atrás apenas da África do Sul, com seus 136 milhões de dólares de investimento (PHIRI, 2012, p. 228-30).

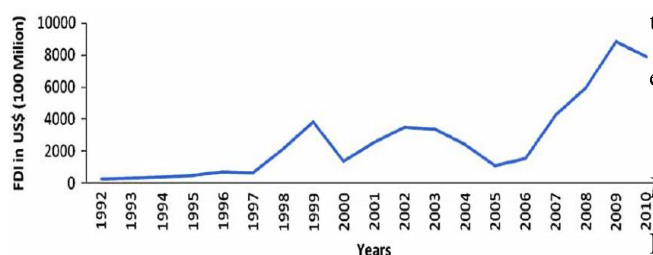


Figura 1: Fluxo do IED líquido de Moçambique
Fonte: World Bank, 2012 apud PHIRI, 2012, p. 230
No âmbito do comércio exterior, em

2000 a China sequer figurava entre os dez maiores importadores de produtos de Moçambique, embora fosse o sexto maior exportador (com 1,9% do total) para esse país. No entanto, em 2012, a China já era o terceiro país que mais importou produtos de Moçambique (9% do total), além de ocupar a segunda posição dos países que mais exportam para o país africano (12,3% do total), apenas atrás da África do Sul. Os chineses aumentaram a importação de produtos de Moçambique, como soja, gergelim e outros cereais e oleoginosas, produtos de madeira

serrada e minério de cromo; enquanto exportaram, como bens manufaturados, principalmente veículos, eletrodomésticos e artigos de ferro e aço (JANNSON; KIALA, 2009, p. 4-5; MOÇAMBIQUE, 2009). Segundo o Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Promoções de Exportações (IPEX) de Moçambique, João Macaringue, as relações entre os dois países não podem se basear apenas na entrada de produtos da China no solo moçambicano. Assim, a implantação de indústrias chinesas em Moçambique ajudaria o país, entre outros itens, a superar alguns problemas no âmbito da agricultura e da indústria, além de transferir tecnologias e “know how” (MOÇAMBIQUE, 2009).

Na verdade, a cooperação entre China e Moçambique tem evoluído em diversos campos. No setor agrícola, por exemplo, em 2010 foi criado um Centro de Investigação de Tecnologias Agrícolas em Moçambique, com a finalidade de incrementar tanto a produção quanto a produtividade agrícola do país através da geração e troca de experiências tecnológicas entre especialistas (MOÇAMBIQUE, 2011a). No setor militar, em 2011, repetindo um gesto de 2007, a China fez uma doação de equipamento militar não letal (fardamentos, botas, cobertores, mochilas, capas de chuva), no valor de 1,5 milhões de dólares (MOÇAMBIQUE, 2011b). No setor infraestrutural, em 2013 o presidente moçambicano Armando Guebuza (2005-) firmou um acordo com a China para 100 projetos orçados

em 10 bilhões de dólares, sobretudo estradas, pontes e escolas (MOÇAMBIQUE, 2013).

Neoimperialismo ou nova geografia do poder mundial?

O objetivo do artigo não é apenas analisar as relações bilaterais entre China e Moçambique, com ênfase nos aspectos econômicos, mas também ajudar a elucidar a ascensão da China, com destaque para a sua penetração na África, e o consequente fortalecimento das relações Sul-Sul, ambos como parte crucial das novas configurações de poder no mundo. Na verdade, o imediato fim da Guerra Fria não interrompeu, mas colocou em hibernação a tendência de emergência do então chamado Terceiro Mundo, apesar dos esforços dos EUA em explorar o vácuo deixado pelo colapso da URSS para consolidar-se como única superpotência. Como destacamos em outra oportunidade, as relações Sul-Sul são cada vez mais uma realidade do cenário internacional e uma estratégia para os países emergentes fortalecerem sua inserção internacional. É uma oportunidade para criar novas coalizões e estimular a formação de novos e mais dinâmicos eixos econômicos e iniciativas diplomáticas (PAUTASSO, 2011). Nos casos da China e Moçambique, o comércio Sul-Sul diminuiu as dependências dos mercados cêntricos, amplia o poder de barganha e permite desenvolver ações internacionais com mais autonomia e margem de manobra.

Assim, os argumentos voltados a caracterizar a atuação chinesa na África como neoimperialismo não dão conta da realidade emergente. No âmbito econômico, são evidentes as assimetrias nas relações sino-africanas de uma forma geral, embora esse seja um dado da realidade com os quais os países mais pobres têm de lidar necessariamente. É, nesse sentido, natural que os países africanos tenham de basear-se numa pauta de exportação centrada em commodities e com baixa diversificação como ponto de partida do desenvolvimento nacional e de sua inserção internacional. A diferença da China em relação às potências ocidentais não é a demanda por tais recursos naturais, mas o fato de propor condições diferenciadas de financiamento e de cooperação. Para Moçambique, por isso, o que importa é extrair da nova correlação de forças uma maior capacidade política própria.

No âmbito político, ao contrário de práticas neoimperiais, a China não somente abstém-se de ingerência em assuntos domésticos, como tem buscado fortalecer as capacidades estatais dos países africanos. Pior que estabelecer relações com governos desfuncionais e/ou autoritários, até porque todos os países têm as suas disfunções, é intervir de forma seletiva para promover interesses que não são os africanos. Ademais, não é difícil reconhecer que a construção institucional não é fruto de uma opção, mas uma trajetória historicamente complexa e repleta de pré-requisitos. Assim, de acordo com Wenping

(2007, p. 29), a acusação de neoimperialismo é, em grande parte, uma preocupação do Ocidente diante da crescente presença da China na África, ao invés da defesa de princípios humanitários – dado o histórico ocidental.

No âmbito da segurança regional, as posições chinesas tendem a priorizar a não ingerência em assuntos domésticos e/ou uma solução política para os conflitos, o que não implica negar que já tenham interesses e influências substantivas em vários países. Suas participações em operações de paz da ONU convergem com os interesses da União Africana, diferente da hostil presença dos EUA através do Comando da África (AFRICOM), claramente percebida como uma reação à presença chinesa no continente.

Com efeito, reduzir a presença da China na África ao conceito de neoimperialismo pode ser desconhecimento em relação ao histórico neocolonial europeu na África ou simples artimanha ideológica ocidental para frear a nova realidade internacional. Alguns autores ocidentais formulam discursos acusando a “prática de concessões de créditos sem condicionalidades” como uma linha de atuação que “enfraquece os esforços ocidentais na promoção de reformas que ampliem a transparência, a probidade e o accountability dos governantes africanos” (ALVES, 2010, p. 30). Ora, além de soar demagógico, dada a trajetória eivada de ações como o tráfico de escravos, o imperialismo, a pilhagem de recursos, o apoio a regimes autoritários e corruptos, as

intervenções armadas, a violação de normas internacionais, o discurso ocidental confronta-se com interesses objetivos dos governos africanos. Ou seja, a crítica/acusação que se faz ao relativismo chinês em temas como direitos humanos e democracia (existentes em função do respeito à soberania praticado pelos chineses) se fragiliza diante das intervenções Ocidentais, que se procura justificar com o uso de conceitos como ‘intervenção humanitária’ e/ou ‘direito de proteger’.

Em suma, há, conforme Visentini (2011, p. 268), um “novo padrão nas relações internacionais [...] em que a África finalmente está se conectando ao ciclo de desenvolvimento contemporâneo e adotando uma postura de maior autonomia e protagonismo político”. Mais do que isso, segundo o autor, “as novas relações da Ásia com a África, sem passarem mais pelos centros financeiros do Atlântico Norte, marcam o declínio do ciclo histórico de longa duração de Ocidentalização do mundo” (VISENTINI, 2011, p. 268). Não se trata, portanto, de “mais do mesmo” (neoimperialismo), mas de uma nova geografia do poder mundial que está emergindo, grávida de novos desafios e contradições, mas para os quais velhos conceitos podem não dar conta ou apenas ocultá-la por mais algum tempo.

Considerações finais

A crescente interação da China com a África encerra elementos para a compreensão das transformações internacionais em curso; e as

análises empíricas, focando, no caso, nas relações sino-moçambicanas, são essências às abstrações teórico-conceituais. A África e a China têm alguns pontos em comum que as aproximam: ambas apresentam, em medida diversa, desafios ligados ao desenvolvimento; há razoável complementaridade econômica; são territórios de dimensões continentais, com grande diversidade fisionômica e expressiva complexidade cultural e étnica; e são sensíveis a conceitos como soberania. É claro que também possuem muitas diferenças: a China é uma grande potência e a 'oficina do mundo', enquanto os países africanos carecem de representatividade e apresentam ainda os piores IDH's.

Claro que as relações sino-moçambicanas, como qualquer relação interestatal, estão eivadas de contradições, tanto pelos grupos sociais e nacionais com capacidades e interesses (políticos) divergentes, quanto pelo fato de serem atravessadas por interesses (capital) corporativos também conflitantes. Embora essa seja uma boa demanda de estudo, o foco do artigo é mostrar que as transformações internacionais contemporâneas não poderão ser explicadas sem o continente africano, tampouco negligenciando a trajetória chinesa. Isto é, sem avaliar a acomodação entre velhas potências e países emergentes; entre os modelos políticos e econômicos mais concorrentes; e entre as novas coalizões e tradicionais organizações internacionais. Portanto, talvez velhos conceitos (imperialismo)

estejam escondendo a nova geografia do poder mundial e seus novos arranjos sociais e políticos forjados fora do Atlântico Norte.

Referências

- ALDEN, Chris. Emerging countries as new ODA players in LDCs: the case of China and Africa. In: *Gouvernance Mondiale* (IDDRI). Paris, n° 1, 2007, pp. 1-14.
- ALVES, André. Os interesses econômicos da China na África. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*. IPEA, n° 1, janeiro, 2010, pp. 25-31.
- ANSHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. In: *China Security*. v. 3, n° 3, 2007, pp. 69-93.
- BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's Gift: The real story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____; EKMAN, Sigrid-Marianella Stensrud. Rumours and realities of Chinese agricultural engagement in Mozambique. *African Affairs*, v. 111, n°444, 2012, pp. 483-492.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. *Regions and powers*. Cambridge: Cambridge Press, 2003.
- CUNHA, André. A China e o Brasil na nova ordem internacional. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 9, 2011, pp. 9-29.
- ESTEVES, Paulo et al. Os BRICS, a cooperação para o desenvolvimento e a presença chinesa na África. In: *Carta Internacional*, v. 6, n° 2, jul.-dez. 2011, pp. 76-96.
- HELLSTRÖM, Jerker. China's emerging role in Africa. Disponível em: <http://www.foi.se/upload/Kinaiafrika.pdf>. Acesso em 22/11/2011.
- JANNSON, Johanna; KIALA, Carine. Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique. Centre for Chinese Studies, 2009.
- LOPES, Carlos. A África entre o Brasil e a China. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. ano 29, n° 1/2/3, 2007, pp. 13-27.
- MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, Luís. *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, pp. 379-411.
- MOÇAMBIQUE. Armando Guebuza em digressão pela China a busca de fundos para desenvolvimento. Portal do Governo de Moçambique, maio. 2013. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/maio-2013/armando-guebuza-em-digressao-pela-china-a-busca-de-fundos-para-desenvolvimento. Acesso em 20/12/2013.
- _____. Centro de Investigação Agrária de Boane vai impulsionar produção agrícola. Portal do Governo de Moçambique, jan. 2011a. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/janeiro-2011/centro-de-investigacao-agraria-de-boane-vai-impulsionar-producao-agricola. Acesso em 20/12/2013.
- _____. China oferece material não letal às FADM. Portal do Governo de Moçambique, maio 2011b. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_

politica/maio-2011/china-oferece-material-nao-letal-as-fadm. Acesso em 20/12/2013.

_____. Governo quer indústrias chinesas instaladas em Moçambique. Portal do Governo de Moçambique, fev. 2009. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/fevereiro2009/nots_en_068_fev_09/. Acesso em 20/12/2013.

PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. In: *Conjuntura Austral*. v. 2, 2011, pp. 48-62.

_____. A política externa chinesa e a 4ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África-2009. In: *Meridiano 47 (UnB)*. v. 112, pp. 18-20, 2009a.

_____. Os desdobramentos internacionais do desenvolvimento e da demanda por petróleo na China. In: *Meridiano 47 (UnB)*. v. 109, pp. 23-25, 2009b.

_____. O comércio exterior na universalização da Política Externa Chinesa no século XXI. *Meridiano 47 (UnB)*. v. 113, pp. 14-16, 2009c.

PHIRI, Madalitso Zililo. The political economy of Mozambique twenty years on: A post conflict success story?. *South African Journal of International Affairs*, v. 19, nº 2, 2012, pp. 223-245.

SARAIVA, José. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. 51 (1), 2008, pp. 87-104.

VISENTINI, Paulo. *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

_____. *As Relações Diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

_____. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WENPING, He. The balancing act of China's Africa policy. In: *China Security*. v. 3, nº 3, 2007, pp. 23-40.

XUETONG, Yan. The Rise of China in Chinese Eyes. In: *Journal of Contemporary China* v. 10, nº 26, 2001, pp. 33-39.

ZAFAR, Ali. The growing relationship between China and Sub-Saharan Africa: macroeconomic, trade, investment, and aid links. In: *Oxford Journals - World Bank Research Observer*. v. 22, issue 1, 2007, pp. 103-130.

ZWEIG, David. The Rise of a New "Trading Nation". In: DITTMER, Lowell; YU, George (ed.). *China, the developing world, and the new global dynamic*. Boulder/London: Lynnr Rienner Publishers, 2010, pp. 37-59.